



CURSO DE ATUALIZAÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

Carga horária total: 360 horas:

06 MÓDULOS PRESENCIAIS e 03 MÓDULOS em ENSINO A DISTÂNCIA - EAD

Módulo 1 - 07 e 08/03/2026

Módulo 2 - 21 e 22/03/2026

Módulo 3 - 11 e 12/04/2026

Módulo 4 - 16 e 17/05/2026

Módulo 5 - 20 e 21/06/2026

Módulo 6 - 11 e 12/07/2026



Corpo Docente:

Antonio França da Costa

Mestre em Direito Público, Auditor Federal de Controle Externo TCU – BA

Danilo Diamantino Gomes da Silva

Especialista em Direito Público Municipal, Advogado e Consultor Jurídico (2007 a 2013), Defensor Público do Estado da Bahia (2013 a 2016), Coautor do livro **Manual do Agente de Contratação e do Pregoeiro**, Atual Procurador do Ministério Público de Contas TCM – BA

Jaílson Gomes de Araújo Júnior

Mestre em Administração Pública, Especialista em Direito Administrativo, MBA em Contabilidade, Auditoria e Perícia em Auditoria e Inovação no Serviço Público, Representante da ATRICON na Comissão do Pró-Gestão RPPS, Auditor Estadual de Controle Externo, atual **Dirretor de Controle de Atos de Pessoal no TCM – BA**

Luís Eduardo Figueiredo Reis

Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/ UCSAL, Ex-Procurador do Município de São Gonçalo dos Campos, **Auditor Estadual de Controle Externo TCM – BA**

Rita Andrea Rehem Almeida Tourinho

Doutora em Direito, Mestra em Direito Público, **Promotora de Justiça do MPE – BA**

Romualdo Anselmo dos Santos

Doutor e Mestre em Ciências Políticas, atual **Superintendente da Controladoria da CGU – BA**

MATRÍCULAS ABERTAS

www.fundacem.org.br

fundacemssa@yahoo.com.br

fundacem@fundacem.org.br



@fundacemsalvador

Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: 71 3244-8427 / 3244-6701

Financeiro: 71 99186-7431

APRESENTAÇÃO

A FUNDACEM, na busca de qualificar ainda mais os profissionais da área jurídica que atuam nas Prefeitura e Câmaras Municipais, está oferecendo o **Curso de Atualização da Procuradoria Jurídica Municipal** com o corpo docente, altamente qualificado, composto de membros de Tribunais e Órgãos de Controle.

Durante o Curso serão compartilhados conhecimentos teóricos e práticos, atualizados, para a atuação preventiva (advocacia consultiva) e defensiva (advocacia contenciosa) perante o TCM-BA, TCU-BA, TCE-BA, CGU-BA e MP-BA, fornecendo instrumentos técnico-jurídicos para evitar irregularidades na gestão municipal, com elaboração de defesas e pareceres consistentes e desenvolvimento de teses jurídicas sólidas, nos diversos tipos de processos submetidos ao controle externo.

No Curso, serão também discutidos outros temas: Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção, Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, (Licitações Públicas e Contratos Administrativos), Lei nº 13.019/214-MROSC, Admissão Previdência e Folha de Pagamento, Lei de Responsabilidade Fiscal, Índices Constitucionais, Auditorias, Orientações sobre Consultoria e Assessoramento jurídico e o Controle Externo.

Para tanto, a FUNDACEM conta com a preciosa participação de um Corpo Docente, que através de seus valiosos e atualizados conhecimentos, experiências e dedicação pelo interesse público, estarão contribuindo em prol da atualização dos profissionais na área jurídica atuantes nas Prefeituras e Câmaras Municipais.

O Curso está disposto em 09 (nove) módulos sendo 06 (seis) módulos presenciais e 03 (três) módulos em EAD, por vídeo aulas, com a carga horária de 360 horas. Para o aluno que obtiver frequência mínima de 75%, bem como nota mínima de 7,0 (sete) em cada uma das 09 (nove) disciplinas, poderá requerer o Certificado de **Especialização em Procuradoria Jurídica ou Especialização em Direito Público e Controle Municipal Ou Especialização em Administração Pública Municipal**, desde que atenda as exigências de frequência e notas, tenha curso superior completo e esteja quite financeiramente com o Curso.

Observação: esse Curso não tem obrigatoriedade de apresentação de Trabalho de Conclusão do Curso – TCC.

Seja bem-vindo!

César Montes
Presidente da FUNDACEM
Coordenador Geral do Curso
(71) 98805-4321

PÚBLICO ALVO:

Procuradores Gerais, Procuradores Adjuntos, Procuradores Jurídicos, Assessores Jurídicos, Bacharéis em Direito, Advogados, profissionais com atuação na Procuradoria ou Assessoria Jurídica da Prefeitura ou Câmara Municipal, profissionais do Direito que atuam no âmbito da Fazenda Pública, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais, Administradores, Vereadores, Graduandos do último semestre e demais profissionais interessados no tema.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Capacitar os participantes para a atuação preventiva (advocacia consultiva) e defensiva (advocacia contenciosa) qualificada perante o TCM-BA, TCU-BA, CGU-BA, MP-BA e TCE-BA, fornecendo instrumentos técnico-jurídicos para evitar irregularidades na gestão municipal, com elaboração e defesas consistentes e desenvolvimento de teses jurídicas sólidas nos diversos tipos de processos submetidos ao controle externo.

Objetivos Específicos:

- Compreender as competências e o funcionamento do TCM-BA, bem como os ritos processuais aplicáveis;
- Identificar as principais irregularidades em processos de prestação de contas e desenvolver estratégias preventivas;
- Dominar a legislação aplicável (LRF, Constituição Federal, legislação orçamentária) e sua interpretação pelos Tribunais de Contas;
- Elaborar defesas técnicas e juridicamente fundamentadas em processos de prestação de contas, denúncias, Termos de Ocorrência, Tomadas de Contas Especiais e auditorias;
- Construir teses defensivas inovadoras baseadas em jurisprudência, doutrina e princípios constitucionais;
- Analisar casos práticos e decisões do TCM-BA para compreender os critérios de julgamento adotados pelo Tribunal;
- Capacitar os participantes para elaborar, revisar e interpretar pareceres jurídicos;
- Assegurar segurança jurídica, eficiência e conformidade nas decisões administrativas;
- Aperfeiçoar a atuação das Procuradorias Municipais em admissão, previdência e folha;
- Fornecer subsídios para a elaboração de pareceres, notas técnicas e defesas em controle externo;
- Sistematizar os regimes de ingresso (efetivos, temporários e comissionados) e os limites constitucionais;
- Diferenciar remuneração, subsídio e verbas indenizatórias; aplicar o teto constitucional;
- Mapear irregularidades recorrentes de folha e seus riscos jurídicos;
- Apresentar a doutrina e jurisprudência correlata (STF/STJ/TCs);
- Promover a interação da Procuradoria com a CGU no acompanhamento da Gestão Pública;
- Estimular a atuação proativa na orientação na gestão pública;
- Buscar a cooperação entre Procuradoria, Controladoria e Secretaria de Governo;
- Orientar as Procuradorias na prevenção, correção e mitigação de riscos relacionados à responsabilização por improbidade;
- Promover a interação entre Procuradoria, Controladoria e Ministério Público na prevenção e repressão a atos lesivos.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

MÓDULO I – PROCURADORIAS MUNICIPAIS E OS ÓRGÃOS DE CONTROLE: A INTERAÇÃO COM A CGU NO ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

1. Estrutura e Competências dos Órgãos de Controle Externo

- O sistema de controle na Constituição Federal (arts. 70 a 74);
- Diferenças entre controle interno e externo;
- Estrutura da CGU: Secretaria Federal de Controle Interno, Corregedoria, Ouvidoria e Secretaria de Integridade;
- Atuação coordenada entre CGU, TCU, Ministérios Públicos e Controladorias Estaduais / Municipais;
- A CGU e o controle da execução descentralizada de políticas públicas.

2. Dinâmica das Ações de Controle e Natureza Jurídica das Atividades da CGU

- Tipos de auditorias: de conformidade, operacional, de acompanhamento e especiais;
- Fiscalizações in loco e remotas — planejamento, execução e relatórios;
- Operações especiais: investigações conjuntas e ações de controle integrado (ex.: PF, MPF, CGU);
- Base normativa das ações de controle;
- Responsabilização administrativa e reflexos para o gestor municipal.

3. O Papel das Procuradorias Municipais na Relação com os Órgãos de Controle

- A função consultiva da Procuradoria e a defesa da legalidade administrativa;
- Atuação proativa na orientação da gestão municipal;
- Análise e resposta às constatações de auditoria: prazos, forma e conteúdo;
- Elaboração de planos de ação corretiva;
- Documentação e rastreabilidade das respostas — importância jurídica e probatória;
- Casos práticos: respostas bem e mal fundamentadas; consequências jurídicas.

4. Conduta do Gestor e Riscos da Omissão nas Interações com a CGU

- Boas práticas de relacionamento institucional durante auditorias e inspeções;
- A transparência como elemento de integridade e boa-fé administrativa;
- A omissão na prestação de informações — **implicações:**
 - Responsabilização administrativa e improbidade;
 - Reflexos na prestação de contas e na regularidade de convênios;
 - Impacto na imagem institucional e na elegibilidade a transferências voluntárias;
- Estruturação de uma rotina municipal de resposta a órgãos de controle;
- Cooperação entre Procuradoria, Controladoria Interna e Secretaria de Governo.

MÓDULO II - O PARECER JURÍDICO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E NAS PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR

1. Fundamentos do Parecer Jurídico na Administração Pública

- Função do parecer jurídico: assessoramento, controle de legalidade e instrumento de accountability;
- Pareceres obrigatórios e facultativos;
- Distinção entre ato opinativo e ato vinculante;

- Requisitos de forma, motivação e publicidade;
- Jurisprudência do TCU e do STF sobre a natureza e limites do parecer jurídico.

2. Responsabilidade do Parecerista e Boas Práticas

- Responsabilização do parecerista: dolo, culpa e erro grosseiro (LINDB);
- Precedentes do TCU e da AGU sobre limites de responsabilização;
- Diretrizes para elaboração de pareceres robustos e seguros:
 - clareza e fundamentação;
 - menção expressa às normas aplicáveis;
 - registro de ressalvas e recomendações.
- Redação técnica: estrutura, linguagem e cautelas;
- Utilização de modelos e checklists de parecer jurídico.

3. Parecer Jurídico, Governança e Controle

- O parecer jurídico como instrumento de governança, integridade e conformidade;
- Interação com o controle interno, corregedorias e auditorias;
- Repercussões do parecer nas instâncias de responsabilização (TCU, MP, CGU);
- Boas práticas de integração entre jurídico e gestão.

4. Parecer Jurídico nas Contratações Públicas (Lei nº 14.133/2021)

4.1. Fase de Planejamento da Contratação

- Requisitos de instrução do processo (art. 18);
- Análise do estudo técnico preliminar, termo de referência e matriz de riscos;
- Exigências de parecer jurídico obrigatório (art. 53, caput e §1º);
- Boas práticas na instrução de processos de contratação direta (dispensa e inexigibilidade);

4.2. Fase de Seleção do Fornecedor

- Revisão do edital, minuta de contrato e anexos;
- Compatibilidade entre critérios de julgamento e objeto;
- Cláusulas essenciais dos contratos administrativos;
- Parecer jurídico e segregação de funções (art. 7º, §1º).

4.3. Execução Contratual

- Alterações contratuais (art. 124);
- Aplicação de sanções e rescisões;
- Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;
- Parecer jurídico em aditivos e revisões;
- Interface com auditorias e controle interno.

5. Parecer Jurídico nas Parcerias com o Terceiro Setor (Lei nº 13.019/2014 – MROSC)

5.1. O MROSC e o Papel do Parecer Jurídico

- Marco regulatório: evolução normativa e princípios;
- Natureza jurídica das parcerias: termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação;
- Competência da assessoria jurídica: análise prévia e parecer conclusivo;
- O parecer como instrumento de controle preventivo e de segurança jurídica;
- Jurisprudência dos Tribunais de Contas (TCU e TCEs).

5.2. Fase de Planejamento e Seleção

- Exigências do chamamento público;

- Requisitos mínimos do edital e critérios de julgamento;
- Exceções à obrigatoriedade de chamamento;
- Verificação da regularidade jurídica dos participantes;
- Avaliação do plano de trabalho e da viabilidade técnica e financeira.

5.3. Celebração da Parceria

- Elementos obrigatórios do termo de colaboração ou fomento;
- Cláusulas essenciais e vedadas;
- Requisitos formais de habilitação e regularidade da OSC;
- Análise de risco e adequações jurídicas no instrumento;
- Assinatura e publicidade.

5.4. Execução e Fiscalização da Parceria

- Acompanhamento do plano de trabalho, desembolsos e contrapartidas;
- Alterações e aditivos;
- Prestação de contas simplificada e detalhada;
- Irregularidades e aplicação de sanções;
- Encaminhamento de pareceres ao controle interno e externo.

MÓDULO III - ADMISSÃO, PREVIDÊNCIA E FOLHA DE PAGAMENTO COM JURISPRUDÊNCIA APLICADA

1. Fundamentos da gestão de pessoal e fiscalização do Tribunal de Contas

- Regime jurídico dos atos de pessoal; interfaces com RH, Controle Interno e Tribunais de Contas;
- Competências dos TCs para apreciação/registro e efeitos práticos (contraditório e segurança jurídica).

2. Admissão no serviço público

- Concurso público: requisitos, direito à nomeação e jurisprudência correlata;
- Contratação temporária: excepcionalidade, processo seletivo e limites;
- Cargos em comissão e funções de confiança: balizas constitucionais e controle;
- Prática: checklist para parecer de admissão (concurso/PSS/comissionados).

3. Folha de pagamento

- Remuneração x subsídio x verbas indenizatórias; revisão geral; irredutibilidade; teto;
- Estrutura da folha (fixas/variáveis/indenizatórias) e trilha de auditoria;
- Jurisprudência aplicada às parcelas e compatibilidade com o regime de subsídio;
- Prática: mapa da folha e gatilhos de risco para a Procuradoria.

4. Irregularidades recorrentes e responsabilização

- Teto constitucional e subtetos; alcance e exceções (verbas indenizatórias);
- Acumulação de cargos/proventos e compatibilidade de horários; vedações típicas;
- Pagamentos sem base legal, vantagens indevidas, aposentados/falecidos em folha;
- Prática: estudo de caso e minuta de parecer com remissões jurisprudenciais.

5. Aposentadoria e pensões

- Reforma da previdência e seus impactos na análise de aposentadorias e pensões;
- Competência para registro; contraditório; efeitos do registro no âmbito municipal.

MÓDULO IV - ATUAÇÃO ESTRATÉGICA PERANTE O TCM-BA: PREVENÇÃO DE IRREGULARIDADES E TÉCNICAS AVANÇADAS DE DEFESA EM PROCESSOS DE CONTROLE EXTERNO

1. Introdução ao Controle Externo e ao TCM-BA

- Competências constitucionais e legais do TCM-BA;
- Estrutura organizacional e processual do Tribunal;
- Tipos de processos: prestação de contas, denúncias, representações, Termos de Ocorrência, Tomadas de Contas Especiais e auditorias;
- Princípios norteadores do controle externo: legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade.

2. Processos de Prestação de Contas Anuais

2.1. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

- Despesas com pessoal: limites, cálculo, excludentes e situações controvertidas;
- Dívida pública consolidada e mobiliária: conceitos, limites e vedações;
- art. 42, da LRF;
- art. 41-A, da LRF;
- Principais irregularidades e estratégias de defesa.

2.2. Índices Constitucionais

- Aplicação mínima em saúde (EC 29/2000 e LC 141/2012): cálculo da base, despesas computáveis e jurisprudência;
- Aplicação mínima em educação (CF/88, art. 212): Fundeb, remuneração de profissionais;
- Controvérsias jurisprudenciais e administrativas sobre o cumprimento dos índices;
- Teses de defesa em caso de descumprimento aparente ou formal.

2.3. Instrumentos de Planejamento Orçamentário

- PPA, LDO e LOA: elaboração, aprovação, execução e controle;
- Compatibilidade e harmonia entre os instrumentos;
- Vedações constitucionais e infracionais;
- Irregularidades comuns e como preveni-las;
- Construção de defesas baseadas em princípios orçamentários.

3. Processos de Denúncia: Licitações e Contratos

3.1. Licitações Públicas

- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações): principais inovações e impactos nos processos de controle;
- Modalidades licitatórias, critérios de julgamento e procedimentos;
- Irregularidades frequentes: direcionamento, fracionamento, inexigibilidade e dispensa indevidas;
- Análise de jurisprudência do TCM-BA sobre vícios licitatórios;
- Elaboração de defesas: vícios formais vs. substanciais, princípio da supremacia do interesse público;
- Consequencialismo (LINDB).

3.2. Contratos Administrativos

- Formalização, execução, fiscalização e alterações contratuais;
- Questões controvertidas: reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogações;
- Irregularidades em aditivos contratuais e pagamentos;

- Teses de defesa: vícios formais vs. substanciais, princípio da supremacia do interesse público;
- Consequencialismo (LINDB).

4. Termos de Ocorrência e Tomadas de Contas Especiais

- Conceito, hipóteses de instauração e procedimento;
- Razoabilidade e legitimidade dos atos de gestão: conceitos e aplicação prática;
- Análise de mérito administrativo vs. controle de legalidade;
- Dano ao erário: caracterização, quantificação e excludentes de responsabilidade;
- Estratégias de defesa: ausência de dolo, culpa grave (erro grosseiro) ou dano; boa-fé administrativa; jurisprudência favorável.

5. Auditorias e Auditorias Temáticas

- Auditorias temáticas em educação: Fundeb, transporte escolar, alimentação, infraestrutura;
- Auditorias temáticas em saúde: atenção básica, medicamentos;
- Construção de justificativas técnicas e jurídicas robustas.

6. Técnicas Avançadas de Defesa e Construção de Teses

- Estrutura de uma peça defensiva eficaz: preliminares, mérito, pedidos;
- Fundamentação jurídica: legislação, doutrina, jurisprudência e princípios;
- Teses inovadoras: proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica, precedentes do TCU e STF;
- Utilização de provas: documentais, periciais, testemunhais;
- Recursos: pedidos de reconsideração, recursos ordinários e pedido de revisão.

MÓDULO V – O MINISTÉRIO PÚBLICO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O PAPEL DAS PROCURADORIAS MUNICIPAIS

1. Estrutura e Competências do Ministério Público no Controle da Administração Pública

- O Ministério Público antes e depois da Constituição de 1988: transformação institucional, atribuições e ampliação do espaço de atuação;
- O fenômeno do Ministério Público demandista: origens, consequências e desafios contemporâneos;
- A autocomposição de conflitos na instituição: da Resolução CNMP nº 118/2014 à criação do COMPOR/MPBA e à consolidação da cultura consensual;
- A atuação preventiva no MPBA: instrumentos, fluxos de trabalho e potencialidades no controle da gestão pública.

2. Improbidade Administrativa: Evolução Normativa e Repercussões para as Procuradorias

- A Lei nº 8.429/1992 e a reforma promovida pela Lei nº 14.230/2021: principais mudanças, novos requisitos e desafios interpretativos;
- O Acordo de Não Persecução Civil – ANPC: fundamento constitucional, limites, procedimento e papel estratégico das Procuradorias Municipais na sua celebração e execução;
- O dever das Procuradorias na prevenção, correção e mitigação de riscos relacionados à responsabilização por improbidade.

3. A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) na Atuação do Ministério Público

- Pontos sensíveis da Lei nº 14.133/2021 que têm atraído a atenção do Ministério Público:

planejamento, estudos técnicos, pesquisas de preços, fiscalização contratual, integridade e governança;

- Como as Procuradorias podem eliminar irregularidades relevantes na fase preparatória e nas fases externa e contratual;
- Relação entre parecer jurídico, responsabilização e prevenção de ilícitos.

4. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013): Expectativas sobre as Procuradorias

- Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas: elementos essenciais;
- Avaliação de programas de integridade no âmbito municipal;
- Interação entre Procuradoria, Controladoria Interna e Ministério Público na prevenção e repressão a atos lesivos.

5. A Atuação das Procuradorias nos Ajustes e Soluções Pactuadas com o Ministério Público

- Função técnica da Procuradoria na elaboração, revisão e acompanhamento de TACs, ANPCs e planos de integridade;
- Impactos jurídicos, financeiros e administrativos dos ajustes firmados;
- Boas práticas para prevenir ou eliminar irregularidades no diálogo institucional com o MP.

6. A Participação das Procuradorias nos Processos de Seleção de Pessoal

- Competências jurídicas essenciais da Procuradoria nos concursos públicos e processos seletivos;
- Prevenção de nulidades: edital, banca examinadora, critérios objetivos, fases e impugnações;
- O impacto da Proposta de Emenda Parlamentar nº 38 (Reforma Administrativa) e novas expectativas quanto à profissionalização e governança da força de trabalho municipal.

MÓDULO VI – PROCURADORIAS MUNICIPAIS (PGM'S) E OS ÓRGÃOS DE CONTROLE: ATUAÇÃO JUNTO AO TCM - AUDITORIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

1. Procuradorias Municipais

- A PGM e a C.F.;
- A PGM e a Constituição do Estado da Bahia;
- A PGM frente às Leis Orgânicas Municipais;
- As Procuradorias e os órgãos de controle interno e externo;
- A PGM e o parecer jurídico.

2. O TCM e a sua previsão legal

- A C.F. e o Controle Externo;
- O TCM e a Constituição Estadual;
- O TCM e a sua Lei Orgânica;
- O TCM e a atuação da PGM.

3. Compreendendo o Tribunal de Contas dos Municípios

- **Estrutura do TCM:**
- Inspeção de Controle Externo (IRCE); Divisão de Controle Externo; Diretoria de Controle Externo; Secretaria de Controle Externo; Diretoria de Assistência aos Municípios; Diretoria de Atos de Pessoal; Assessoria Jurídica, Corregedoria, Câmaras, Pleno;
- O TCM e as ações de fiscalização;
- O TCM e os Municípios: A importância do alinhamento da PGM e Controladorias Municipais;

- O TCM - controle da efetividade das políticas públicas.

4. O TCM em ação

- Tipos de auditorias: de conformidade, operacional, e Financeira;
- Fiscalizações in loco e remotas — planejamento, execução e relatórios;
- Auditorias junto aos jurisdicionados;
- Fundamentação normativa das ações de controle: MAP (Medidas Administrativas Preliminares), TOC (Termo de Ocorrência) e TCE (Tomada de Contas Especiais);
- Responsabilização administrativa e reflexos para o gestor municipal.

5. O Papel das Procuradorias Municipais junto ao TCM;

- A função preventiva/ consultiva da Procuradoria e a defesa da legalidade administrativa;
- A PGM e a orientação da gestão municipal;
- Análise e resposta aos achados de auditoria: prazos, forma e conteúdo;
- Elaboração de planos de ação corretiva;
- Documentação e rastreabilidade das respostas — importância jurídica e probatória;
- **Casos práticos:** Análise das respostas e suas consequências jurídicas.

6. PGM e a normatização do Controle Interno

- Regulamentação de setores: Controle Interno, Auditoria, Ouvidoria e Corregedoria;
- Orientação ao Controle Interno;
- Boas práticas de relacionamento institucional durante auditorias e inspeções;
- Estruturação de uma rotina municipal de resposta a órgãos de controle;
- Cooperação entre Procuradoria, Controladoria Interna e Secretaria Municipal.

MÓDULOS EM ENSINO A DISTÂNCIA - EAD

MÓDULO I – PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Plano de contratações anuais, gestão de riscos e estudos técnicos preliminares.

- Gestão de processos e a aquisição pública enquanto processo;
- Gestão de riscos e governança nas aquisições;
- A matriz de risco nos contratos segundo a Nova Lei de Licitações;
- A importância do planejamento da contratação;
- Objetivos do planejamento;
- O princípio do planejamento e a Nova Lei de Licitações;
- Os princípios da eficiência, eficácia e economicidade na Nova Lei de Licitações;
- Plano de contratações anuais;
- O planejamento e a fase preparatório da licitação;
- Elementos essenciais do planejamento;
- Análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- A IN 5/2017 e as etapas do planejamento;
- Possibilidade de supressão de etapas do planejamento;
- Indicação e nomeação da equipe de planejamento;
- Participação de terceiros no apoio às atividades de planejamento da contratação;

- Atribuições da equipe de planejamento;
- Designação de agentes para exercício de atribuições referente a licitações e contratados;
- Serviços contínuos na Nova Lei de Licitações;
- Oficializando a demanda de uma aquisição pública;
- Documento de oficialização da demanda: elementos essenciais;
- Documento de oficialização na demanda na Nova Lei de Licitações;
- Riscos associados à oficialização da demanda;
- Estudos técnicos preliminares;
- Exigência legal: na Lei 8.666/1993 e na Nova de Lei de Licitações;
- Conteúdo dos estudos técnicos preliminares segundo a IN 5/2017;
- Conteúdo dos Estudos Técnicos Preliminares, segundo a Nova Lei Licitações;
- Necessidade da contratação;
- Alinhamento com o plano de contratações anual;
- Requisitos da contratação
- Relação entre demanda prevista e a quantidade de item;
- Levantamento de mercado;
- Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar;
- Estimativas de preços;
- Descrição da solução como um todo;
- Resultados pretendidos com a contratação;
- Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato;
- Parcelamento do objeto: necessidade de justificativa;
- Contratações correlatas e/ou interdependentes;
- Possíveis impactos ambientais e medida mitigadoras;
- Análise de riscos;
- Declaração da viabilidade ou não da contratação;
- Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação;
- Riscos associados aos Estudos Técnicos Preliminares;
- Exigência de planejamento da contratação e estudos técnicos preliminares em contratações direta.

MÓDULO II – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA NOVA LEI DE LICITAÇÃO

- Planejamento da licitação;
- Sobrepreço e superfaturamento e responsabilidade do gestor;
- Inexigibilidade e dispensa de licitação;
- Cláusulas restritivas;
- Enquadramento de empresas como EPP e ME;
- Requisitos de habilitação;
- Punição para empresas faltosas;
- Recursos administrativos, inversão de fases;
- Linhas de defesa do controle;
- Registro de Preço e o "carona" entre municípios.

MÓDULO III - CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO MUNICIPAL PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

1. Controle externo da administração pública pelos Tribunais de Contas no Brasil

- Controle da Administração pública: conceito e classificação;
- Relação entre controle interno e controle externo;
- Natureza dos tribunais de contas;
- Competência do Tribunal de Contas da União para fiscalização dos Municípios;
- O duplo julgamento das contas dos prefeitos e a jurisprudência do STF;
- Realização de auditoria e inspeções no Municípios;
- Fixação de prazo para cumprimento de lei;
- Sustação de atos X sustação de contratos;
- A fixação dos índices do FPM pelo TCU;
- Competência na Lei 8.666/1993 e na Nova Lei de Licitações: apuração de representação de licitante;
- Controle de constitucionalidade pelos tribunais de contas;
- As alterações na LINDB e o impacto nas decisões dos Tribunais de Contas.

2. O Processo no Tribunal de Contas da União

- Princípios norteadores do processo no TCU;
- Partes no processo e a figura do interessado;
- A distribuição do processo entre os Ministros do Tribunal;
- Etapas do processo;
- A participação da unidade técnica;
- A participação do Ministério Públíco junto ao TCU;
- Alegações de defesa, razões de justificativa e a juntada de documentos novos;
- O sistema de provas no processo no TCU;
- O ônus da prova: imputação genérica e imputação específica;
- Nulidades processuais;
- Tomada de Contas Especial;
- Objetivo e casos de instauração;
- Responsáveis;
- Forma de instauração, prazos e fases;
- Casos de dispensa de instauração;
- Decisões em processos de contas;
- Contas iliquidáveis;
- A boa-fé e o impacto no julgamento das contas;
- Processos de fiscalização;
- Iniciativa dos processos de fiscalização;
- Instrumentos de fiscalização;
- Decisões nos processos de fiscalização;
- Adoção de medidas cautelares pelos Tribunais de Contas;
- Afastamento temporários de responsáveis;
- Declaração de indisponibilidade de bens;
- Arresto de bens;

- Poder geral de cautela;
- Quadro geral de sanções;
- Multas;
- Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- Declaração de inidoneidade de licitante fraudador;
- Recursos cabíveis no âmbito do processo no TCU;
- A imputação de débito e o prazo prescricional;
- Eficácia das decisões do TCU;
- O julgamento dos Tribunais de Contas e a inelegibilidade de gestores;
- As alterações na LINDB e o impacto nas decisões dos Tribunais de Contas;

3. Responsabilização perante Tribunais de Contas

- O ato ilícito e a responsabilidade;
- Responsabilidade civil, penal, administrativa, e por atos de improbidade;
- Independência entre as instâncias;
- Responsabilidade administrativa disciplinar e a responsabilidade administrativa no âmbito do controle externo;
- Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva;
- Elementos da responsabilidade subjetiva;
- Ilicitude do ato;
- Dolo ou culpa;
- Conduta dolosa;
- Conduta culposa: negligência, imprudência, imperícia;
- Culpa in eligendo e culpa in vigilando;
- Impacto do dolo e da culpa nos processos dos Tribunais de Contas;
- O dolo e a inelegibilidade do gestor;
- Nexo de causalidade e individualização da conduta;

4. Excludentes de ilicitude;

5. Excludentes de culpabilidade;

6. Matriz de responsabilização no Tribunal de Contas;

7. A responsabilidade do gestor sucessor pela prestação de contas;

8. A responsabilidade de herdeiros dos gestores;

9. A responsabilidade da pessoa jurídica e dos entes federados;

10. As alterações na LINDB e o impacto nas decisões dos Tribunais de Contas.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

HORÁRIO DAS AULAS: das 08:00 às 18:00 horas com intervalos para cafezinho e almoço. Vide datas das etapas com seus respectivos módulos.

INÍCIO DO CURSO: 07 de março de 2026.

AVALIAÇÃO: Serão realizadas atividades avaliativas obrigatórias, nas disciplinas do curso.

FREQUÊNCIA: O aluno deverá ter a frequência obrigatória mínima de 75%, no mínimo, das aulas presenciais e a distância e tiver obtido, nas disciplinas, nota igual ou superior a **7,0 (sete)**. **Se por ventura, o aluno assinar a frequência e não assistir a aula, terá sua presença anulada.**

METODOLOGIA: Serão realizadas atividades obrigatórias utilizando metodologias ativas através de: Problematização, vivências, estudo em oficina, vídeos, leituras, exercícios, atividades dissertativas e indicação de bibliografia a fim de tratar de temas inovadores sobre a matéria. As atividades desenvolvidas nos módulos deverão ser obrigatoriamente realizadas.

INVESTIMENTO

O valor do curso é de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** por participante.

OBSERVAÇÕES:

1 - Todos os contratos para esse curso, deverão estar devidamente assinados pelo gestor até o limite do 2º módulo;

2 - Caso não seja apresentado o contrato assinado pelo gestor, até o início do 2º módulo, o ou os participantes desse contrato, ficarão automaticamente impedidos de assistir (em) o 2º módulo.

COMO REALIZAR A MATRÍCULA:

Entre no site da FUNDACEM, www.fundacem.org.br, acesse o **Curso de Atualização da Procuradoria Jurídica Municipal**, clique em Matricule-se, preencha uma ficha que irá aparecer e clique em enviar, abaixo da ficha.

FORMAS DE PAGAMENTOS:

a) **Por PIX: 06150141000177 (CNPJ)** FUNDACEM - Caixa Econômica Federal

b) Por Cartão de Crédito: 1x sem juros

c) Diretamente na conta bancária em nome da FUNDACEM, **CNPJ: 06.150.141/0001-77 - Banco BRADESCO, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2** com envio do comprovante do depósito por e-mail para a FUNDACEM fundacemssa@yahoo.com.br (Os depósitos bancários devem ser feitos com identificação do nome do inscrito).

d) A matrícula e pagamentos também poderão ser realizados diretamente na sede da FUNDACEM, no endereço: 2ª Travessa Gersino Coelho, 10 – Matatu, Brotas, Salvador – BA.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Devem ser imediatamente encaminhados pelos alunos matriculados à FUNDACEM, cópia dos seguintes documentos: Identidade, CPF, **diploma de graduação, histórico escolar da graduação** e certidão de casamento (quando houver alteração de nome).

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

NOVO ENDEREÇO

O Curso será realizado na **Rua do Salete, 50 - Barris (Faculdade Cairu), Salvador – BA.**

Obs: Mudanças que por motivos imperiosos ou administrativos venham a ocorrer, o aluno será informado imediatamente.

www.fundacem.org.br

E-mail: fundacemssa@yahoo.com.br

fundacem@fundacem.org.br

2^a Travessa Gersino Coelho, 10 - Matatu | Brotas

CEP: 40.255-171 - Salvador - Bahia

 Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: (71) 3244-8427 / 3244-6701

Financeiro: (71) 99186-7431

22 ANOS

FUNDACEM



FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

60 instituições que apoiaram a FUNDACEM nesses 22 anos de capacitação:



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

